

Nas franjas da cidade: o cotidiano de negros moradores do Jardim União da Vitória

Alexsandro E. P. de Souza¹

Introdução

Característica nacional, as desigualdades raciais têm sido objeto de estudos, sobretudo das ciências sociais desde o início do século XX. Nesse longo período, muito se desvendou do paradoxal e intrínseco caminho que liga o racismo ao desenvolvimento socioeconômico brasileiro (HASENBALG, 1979; BASTIDE e FERNANDES, 2008; MUNANGA, 2008). Todavia, mesmo diante dos importantes achados teóricos que explicitam os meandros constituintes e conservadores das desigualdades raciais, há ainda uma resistência por parte de acadêmicos e também do senso comum, que desconsidera os fatores raciais no que tange às desigualdades socioeconômicas, dando assim uma exclusividade acrítica à realidade produtiva capitalista, que tende a excluir, “sem distinção”, grande parte da população do acesso a bens socialmente produzidos. Este texto tem por objetivo explicitar a realidade social vivenciada pelos negros² residentes na periferia da cidade, optando por focar o Jardim União da Vitória, localizado na zona sul de Londrina - Pr. A escolha desse bairro, em detrimento de outros com características semelhantes, no que tange à falta de políticas públicas e urbanas de qualidade, se deve ao fato de que este é o primeiro e mais expressivo assentamento urbano do município em população e expansão. Suas primeiras ocupações ocorreram em agosto de 1985, com 15 famílias provenientes da zona rural da cidade e da favela Okay³, castigada por um dos maiores índices de desemprego da cidade (DORES,

¹ Bolsista do Programa de Apoio à Permanência (PROPE-UEL), Mestre em Ciências Sociais – UEL, e-mail: alex.eleoterio@gmail.com

² Aqui, negros são a soma da população que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE considera como preta e parda.

³ Atualmente Bairro Nova Conquista.

2005; 76-77). Assim, ao retratar a realidade social dos moradores desse bairro, buscou-se compreender e explicitar como o racismo tende a catalisar os limites socioeconômicos impostos à população pobre e negra em Londrina que, desprovida de capital econômico e cultural, tem sua sociabilidade e seu bem-estar ainda mais restritos pela discriminação racial cotidianamente vivenciada.

Destarte, para se chegar à compreensão da realidade em foco, optou-se pela utilização da estratégia “bola de neve”⁴, sendo, em consequência, realizadas dez entrevistas com moradores do bairro que se autodeclararam negros. Os entrevistados foram encontrados através da indicação de colegas, professores universitários e familiares. Para preservar sua respectiva identidade, foram utilizados pseudônimos, a saber: Amélia, Barbara, Deise, Laura, Heloisa, Iray, Cleber, Eron, Márcio e Pedro.

O relato das trajetórias de vida bem como do cotidiano destas pessoas vivenciado tanto no bairro quanto fora dele, nos permite - como veremos nas páginas que seguem - compreender como uma realidade socioeconômica instável tende a se fragilizar de forma substancial em consequência do racismo e da discriminação racial.

A pequena Londres⁵⁶

Londrina é uma cidade paranaense situada ao norte do Estado; foi fundada em 1934 e conta atualmente com uma população estimada em 515,707 habitantes (IBGE 2012). Em relação às grandes metrópoles, esta é uma cidade nova e com um contingente populacional médio. Projetada por

⁴ VALLADARES, L. D. *A visita do Robert Park ao Brasil, O “homem marginal” e a Bahia como laboratório*. Caderno CRH. Salvador, v. 3, n. 58, p.35-49, 2010, p. 18.

⁵ Significado do nome Londrina, dada em homenagem a cidade de Londres. Isso se deu ao fato de que a empresa responsável por sua colonização, a Companhia de Terras Norte do Paraná, era de matriz inglesa.

⁶ Baseado em SOUZA, Alexsandro Eleotério Pereira de. *Sociabilidade e Racismo: os limites socialmente impostos ao bem-estar dos negros em Londrina*. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Londrina – UEL.

uma empresa privada – Companhia de Terras do Norte do Paraná⁷ – a cidade foi constituída por meio da repartição em terrenos e lotes relativamente pequenos, facilitando-se aos trabalhadores sem posses a oportunidade de adquirir uma propriedade⁸.

Os emigrantes da região sudeste, sobretudo, dos estados de Minas Gerais e São Paulo, representaram o maior contingente na cidade. Já, os grupos estrangeiros imigrantes em Londrina são constituídos por italianos, seguidos por portugueses, japoneses, alemães e espanhóis; outros grupos migratórios menores são os árabes, judeus, britânicos, chineses, argentinos, holandeses, poloneses, ucranianos, tchecos e húngaros. O Consulado Italiano de Londrina estima que mais de um terço da população do norte do Paraná são descendentes de italianos, individualmente o maior grupo étnico da região. A comunidade japonesa de Londrina soma cerca de 25.000 indivíduos com, aproximadamente, 5% da população (entre nacionais e descendentes), sendo a segunda maior do Brasil e uma das maiores do mundo fora do Japão⁹. Em consequência, sem uma identidade cultural definida, Londrina começa a identificar-se culturalmente a pátria de sua fundação, mesclando o hábitos nacional ao dos imigrantes.

Em nossa época, Londrina é uma cidade que se vê em contínuo desenvolvimento, com elevados índices sociais e com o 10º melhor IDH - dentre os 399 municípios do estado - e o 50º maior Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro com renda *per capita* de R\$ 17 533,93 segundo dados do Censo 2010.

⁷ Loteadora inglesa cuja sede se instalou no Paraná em 1929.

⁸ CASTELNOU, Antonio Manoel N. “*Panorama geral da arquitetura londrinense*”. Monografia (Graduação de Arquitetura e Urbanismo) – CESULON, Londrina, 1996.

⁹ Fonte: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) 2012. Cf.: em <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=86000>. Visitado em 03/03/13.

O negro em Londrina¹⁰

A população negra em Londrina é representada por 26,07% do total de habitantes, segundo dados do IBGE de 2012. Todavia, mesmo com esse significativo contingente, a história dos negros londrinenses é constantemente invisibilizada¹¹. Nos registros oficiais da cidade, nota-se a tendência em se preservar a memória dos grupos hegemônicos. Valoriza-se desta forma a memória dos ingleses e dos japoneses, considerados pioneiros, e silencia-se a memória da população negra que contribuiu, sobretudo, com o trabalho braçal para a expansão agrícola da cidade. Nesse sentido, a memória coletiva está associada ao capital financeiro, pois só são lembrados na história oficial os grupos que contribuíram com o capital econômico para a formação da cidade de Londrina.

As estratégias utilizadas para a manutenção do poder dos donos do capital e para a invisibilidade dos negros em Londrina interferiram, assim como em outras cidades do país, diretamente no destino e na trajetória de toda essa população (HASENBALG, 1979). Os desdobramentos da escravidão e os padrões tradicionalistas ainda perduram nas sociedades, mantendo constantemente a discriminação e a exclusão do segmento populacional negro (MUNANGA, 2008).

Os “pioneiros” têm seus nomes gravados em ruas da cidade, além de monumentos que homenageiam sua cultura, como a praça Tomi Nakagawa, situada na área central e inaugurada em 2008 em honra aos japoneses. Também os ingleses, apesar do reduzido número, receberam homenagens com a instalação em 2010, no Calçadão¹², de algumas cabines telefônicas em estilo londrino e, recentemente - em abril de 2014 - com a

¹⁰ Cf.: em SOUZA, Alexsandro Eleotério Pereira de. *Sociabilidade e Racismo: os limites socialmente impostos ao bem-estar dos negros em Londrina*. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Londrina – UEL.

¹¹ Cf.: em SILVA, Maria Nilza da. *O negro em Londrina: da presença pioneira negada à fragilidade das ações afirmativas na UEL*. Revista Eletrônica Espaço Acadêmico, v. 82, p. nº82, 2008.

¹² Avenida Paraná, região central de Londrina.

inauguração de uma passarela na BR-369, em Londrina, com torres que lembram o Big Ben¹³.

Além destes, alguns nacionais foram homenageados ao longo da história londrinense com grandes avenidas e ruas que valorizam os algozes¹⁴ da população negra, tais como a Avenida Bandeirantes e a Rua Jorge Velho ambas na região central. Na periferia da cidade, a Rua Zumbi dos Palmares¹⁵ e a unidade básica de saúde¹⁶ Dr. Justiano Climaco da Silva¹⁷ que contam com um mínimo de prestígio¹⁸. Observa-se, assim, que os negros continuam, mesmo quando prestigiados, na periferia londrinense.

Quando atentamos para aos heróis nacionais e também para os pioneiros regionais, brancos e negros, podemos perceber, de um lado, a estreita relação entre o prestígio dos “heróis” e “pioneiros” brancos, donos do capital financeiro empregado na fundação de Londrina, e de outro, espaços menos nobres reservados a um ou outro herói e pioneiro negro, como Zumbi e Doutor Climaco, vítimas do racismo brasileiro.

Ainda sobre os negros moradores de Londrina, a vivência empírica nos leva à percepção de que eles estão significativamente muito menos representados nas regiões centrais, ficando relegados às regiões periféricas da cidade. Maria Nilza da Silva observa:

O lugar urbano e social que o negro ocupa não é o mesmo do branco. A separação é evidente, embora haja um permanente controle para que possa parecer que todos têm o mesmo tipo de acesso a algo de interesse (2006: 70).

¹³ Monumento inglês.

¹⁴ Homens cujo impulso desbravador durante o período colonial consistiu em penetrar os sertões brasileiros em busca de riquezas minerais, sobretudo a prata e de indígenas e negros para escravização, além de serem responsáveis pelo extermínio de quilombos.

¹⁵ Líder do quilombo dos palmares, o mais emblemático dos quilombos brasileiros. Esta rua se localiza no Jardim União da Vitória, periferia da zona sul de Londrina.

¹⁶ Localizada no Conjunto Habitacional Vivi Xavier, periferia da zona norte de Londrina.

¹⁷ Médico e primeiro deputado estadual londrinense Cf.: em PANTA, Mariana; SILVA, Maria Nilza da. *O Doutor Preto Justiniano Clímaco da Silva: a presença negra pioneira em Londrina*: UEL, 2010.

¹⁸ Zumbi foi homenageado por ser uma referência de resistência do povo negro, e Dr Clímaco por ser um pioneiro negro, e o primeiro deputado negro eleito por Londrina.

A percepção de que brancos e negros não têm o mesmo tipo de acesso material e imaterial é algo escamoteado pelo cotidiano, sobretudo, pela inexistência de meios oficiais de segregação racial e pela negação do racismo no Brasil. Todavia, quando, a exemplo dos sociólogos e antropólogos da *Escola de Chicago*, realizamos uma análise acerca do cotidiano da cidade, caminhando por diferentes regiões, tal realidade facilmente se explicita. No centro, nas lojas, *shoppings*, restaurantes, bancos, etc., os negros são encontrados de forma desproporcional ao seu número de habitantes e quando encontrados estão, em sua grande maioria, exercendo funções de trabalho tidas como socialmente inferiores¹⁹ e não usufruindo das benesses de tais espaços.

Realidade racial brasileira

No que tange à realidade das relações raciais entre brancos e negros no Brasil, a socióloga Maria Nilza da Silva explica,

No Brasil (...), jamais existiu uma separação oficial como nos Estados Unidos [e na África do Sul]. Mas os estudos mostram que as políticas urbanas que vêm sendo implementadas ao longo de toda a história da cidade priorizam as regiões que concentram a população com alto poder aquisitivo, em detrimento, salvo raras exceções, daquelas áreas destinadas aos pobres e notadamente aos negros que estão na base da pirâmide social (SILVA, 2006: 23).

Segundo o geógrafo Milton Santos, território, cultura, economia e política são conceitos necessários para a compreensão do funcionamento do mundo social globalizado. Santos também acredita que o território é o único espaço no qual as pessoas têm a possibilidade de ser cidadãos. Isso se deve ao fato de que é somente nesse espaço que os indivíduos podem reivindicar direitos sociais previamente instituídos; é quando do usufruto de tais direitos que se tornam cidadãos. Então ele nos alerta para a seguinte problemática:

¹⁹ Estas se constituem, sobretudo, em trabalhos para os quais a cobrança de nível educacional se restringe ao ensino médio e/ou para cuja realização se requer atividade apenas braçal.

A plena realização do homem, material e imaterial, não depende da economia, como hoje entendida pela maioria dos economistas que ajudam a nos governar. Ela deve resultar de um quadro de vida, material e não material, que inclua a economia e a cultura. Ambos têm que ver com o território e este não tem apenas um papel passivo, mas constitui um dado ativo, devendo ser considerado como um fator e não exclusivamente como reflexo da sociedade. É no território, tal como ele atualmente é, que a cidadania se dá tal como ela é hoje, isto é, incompleta. Esta, cidadania, pode ser entendida como (...) uma lei da sociedade que, sem distinção, atinge a todos e investe cada qual com a força de se ver respeitado contra a força, em qualquer circunstância (SANTOS, 2007: 18-19).

As análises de Santos nos levam à compreensão de que o território habitado pelos diferentes sujeitos tem uma importância ímpar para sua respectiva sociabilidade, daí a essência do alerta de Silva (2006) de que “as áreas destinadas aos pobres e notadamente aos negros” (p.23) são, em sua maioria, preteridas pelas políticas urbanas. Sobre a segregação social urbana, Tereza P. do R. Caldeira explica:

(...) o espaço público não mais se relaciona ao ideal moderno de universalidade. Em vez disso, ele promove a separação e a ideia de que os grupos sociais devem viver em enclaves homogêneos, isolados daqueles percebidos como diferentes. Consequentemente, o novo padrão de segregação espacial serve de base a um novo tipo de esfera pública que acentua as diferenças de classe e as estratégias de separação. (...) O principal efeito da legislação urbana inicial foi estabelecer a disjunção entre um território central para a elite (o perímetro urbano), regido por leis especiais que eram sempre cumpridas, e as regiões suburbanas e rurais habitadas pelos pobres e relativamente não legisladas, onde as leis eram cumpridas com menos rigor (CALDEIRA, 2000: 212 e 216).

Os dados econômicos e sociais²⁰ demonstram que os negros ocupam as piores posições nos mais diferentes indicadores sociais e que a existência do racismo tende a desqualificar e inferiorizar os negros brasileiros. Nesta perspectiva, eles sofrem restrições quanto ao acesso aos territórios com maior prestígio social, o que tende a, historicamente, mantê-los em territórios

²⁰ Cf.: Censo IBGE 2010.

socialmente desprestigiados e nos quais a infraestrutura é de má qualidade (SILVA, 2006).

O Jardim União da Vitória e seus moradores

O Jardim União da Vitória tem como principal peculiaridade o baixo prestígio social no meio londrinense. Desprovido de boa infraestrutura urbana e em local distante do centro londrinense, não propicia aos moradores o acesso a bens e serviços, ao contrário, dificulta-o. Outro fator que tende a desprestigiá-lo é a alta taxa de criminalidade e violência em relação a outros bairros da cidade, o que, por sua vez, fez com que fosse instalado nele a primeira Unidade Paraná Seguro (UPS) da cidade, um módulo policial fixo, cujo objetivo é o monitoramento intensivo do bairro, a fim de reduzir os índices de criminalidade.

Atualmente o Jardim União da Vitória possui uma população média de 11.930 habitantes, sem considerar as encostas (União V e VI), sendo considerado o bairro mais populoso da cidade. Os moradores mais antigos do bairro (União I, II, III e IV) têm acesso aos serviços públicos básicos, porém de má qualidade, e os moradores mais recentes constroem suas moradias nos morros ou nas encostas com declividade acentuada e consequente risco para as famílias (DORES, 2005; 89). Longe do centro urbano londrinense, esta realidade é desconhecida por grande parte da população, pois os moradores da cidade procuram apenas as partes mais urbanizadas e com melhor infraestrutura.

No que diz respeito aos moradores do bairro, conforme relatam os entrevistados, estes possuem nível de educação formal que não ultrapassa o ensino médio incompleto; ocupam postos de trabalhos socialmente desprestigiados, tais como os de pedreiro, servente, doméstico, pintor e garçom; e têm em média 4 filhos. Para compreendê-lo passa-se à

explicitação de fragmentos da realidade dessas pessoas, experienciados tanto no bairro, quanto fora dele.

Da periferia ao centro da cidade: rumo às benesses da urbanidade

Ao falarem sobre o tempo de deslocamento entre o bairro e seus respectivos trabalhos e/ou áreas de lazer, localizados próximo ao centro urbano londrinense, os entrevistados disseram demorar em média 40 minutos num percurso que tem aproximadamente 16 km, sendo o único meio de locomoção o transporte público. Mesmo que relativamente pequena, esta distância é responsável, como veremos, por garantir uma separação social que tende a dificultar, e muito, as condições de vida destes indivíduos que, sem a infraestrutura adequada no bairro, têm de se deslocar a outras regiões para a utilização de serviços ordinários:

Não tem nada pra fazer aqui, agora que tá começando a aparecer alguma coisa (Iray, 51 anos, doméstica).

O que eu menos gosto são as subidas, porque aqui tem muita subida (Barbara, 36 anos, auxiliar de serviços gerais).

O que eu menos gosto é dessa falta de infraestrutura que é brava, né? (Cleber, 37 anos, pintor).

O que eu menos gosto é dessa molecada na rua sem fazer nada, acho que deveria ter uma escola de curso profissionalizante pra essa molecada ficar o dia inteiro na escola (Pedro, 30 anos, autônomo).

Como apontado nos depoimentos, são estas: a falta de planejamento urbano, a falta de espaços de lazer, a falta de políticas públicas educacionais as principais deficiências urbanas que marcam o dia-a-dia dos moradores deste bairro, e lhes causam alguns contratempos obrigando aos dotados de algum recurso a se dirigirem a outras regiões, sobretudo à central,

a fim de usufruírem de bens e serviços, porquanto onde moram não os têm. Além do mais, o bairro sofre, dia a dia, com a violência.

O medo: um sentimento constante

Questionados sobre se há os espaços de lazer e entretenimento no bairro, os entrevistados explicaram que não os há, mas que a prefeitura está construindo um espaço destinado à realização de atividades físicas e recreativas - denominado de “academia ao ar livre” - para atendimento da população local. Além da falta desses espaços, outro motivo que dificulta usufruir os momentos de lazer é a violência diária. Desta forma, em busca de um ambiente mais harmônico para o descanso e a distração familiar, os moradores têm de se deslocar a outras localidades, como pode ser observado:

Não fico aqui (no bairro) acho que por medo, há muita violência às vezes, eu mesmo saio pra fora do bairro pra me divertir (Amélia, 51 anos, servente).

Aqui, o bairro é muito violento, não dá pra sair muito (Cleber, 37 anos, pintor).

Muitas mães preferem que os filhos saiam fora do bairro pra se divertir do que ficar aqui, e isso é pela violência, né? (Iray, 51 anos, doméstica).

A violência é cotidianamente vivenciada pelos entrevistados e exposta na mídia televisiva e impressa. É uma realidade que acaba por estigmatizar a população do bairro que, não obstante ser, em sua maioria, constituída de trabalhadores, é vista pela sociedade londrinense como marginal e violenta. Sendo assim, em muitos casos, os moradores acabam perdendo seus postos de trabalho ou têm dificuldade para serem contratados, o que fragiliza ainda mais uma realidade social já limitada. Falando sobre este último fato, os entrevistados nos dão os seguintes depoimentos:

O União é mal visto... As pessoas acham que aqui só mora ladrão e quem sofre como isso é a gente (Márcio, 34 anos, pedreiro).

A turma acha que quando você vai entrar em uma empresa você vai roubar, que você mexe com drogas, essas coisas assim, então é isso (Cleber, 37 anos, pintor).

Aqui antigamente, bem no começo foi muito difícil, porque foi começo então tudo que acontecia de ruim o pessoal falava que era aqui, aqui tem uma fama assim de ser um bairro bem violento, mas com o passar dos anos isso melhorou (Bárbara, 36 anos, auxiliar de serviços gerais).

Muitas patroas, quando a gente sai daqui e vai procurar serviço, perguntam: “ah, onde você mora?” “Eu moro no União.” “Ah! Mas lá é assim, assim [falando mal do bairro]”, às vezes já não pega pra trabalhar (Deise, 65 anos, doméstica).

Há alguns anos atrás pra gente arrumar emprego... Quando falava que morava no União, a pessoa não aceitava, dava uma desculpa, “ah! vem tal dia, já preencheu a vaga”, então fica difícil (Iray, 51 anos, doméstica).

Verifica-se portanto que, além das dificuldades encontradas pela falta de infraestrutura do bairro, os entrevistados têm ainda que lidar, diariamente, com outros dois elementos sociais: a discriminação socialmente imposta pelos moradores de bairros e regiões vizinhas e a violência de uma parte dos moradores do próprio jardim União da Vitória. Contudo, como veremos nos depoimentos do próximo subitem, esta é uma realidade mais promissora do que a vivenciada nas respectivas cidades das quais nossos entrevistados emigraram, daí um sentimento de êxito pessoal, em relação a seus pais, na “luta” diária por sobrevivência.

Uma realidade árdua, todavia melhor que a de outrora

Dos dez entrevistados, Eron é o único nascido em Londrina. Amélia, Cleber, Iray, Laura, Márcio, Heloisa e Pedro vieram de localidades próximas a Londrina - Maravilha, Alvorada do Sul e Lerrovile -, cuja base econômica é a pequena agricultura. Bárbara e Deise vieram de cidades dos estados do Piauí e Minas Gerais, respectivamente, contudo, apesar das singularidades regionais caracterizadas por este distanciamento geográfico, a realidade social delas se assemelha, e muito, à dos demais entrevistados.

A migração dos dez se deu durante sua infância ou adolescência e, portanto, puderam vivenciar o cotidiano de duas realidades distintas, a de sua origem e a da pequena Londres. Sua vinda para Londrina foi impulsionada pela busca por melhor qualidade de vida, expressa por melhores salários e pelo acesso a tratamento médico especializado. Questionados sobre os motivos de suas migrações, responderam que migraram pelo desejo de sair das precárias condições de vida em que se encontravam, como podemos verificar em trechos das falas de Amélia, Pedro, Eron, Barbara, Deise e Laura, na devida ordem:

Eu vim por doença da minha mãe, e a gente sabia que em Londrina tinha médico pra cuidar da doença dela (Amélia, 51anos, servente).

Ambos [pais] vieram para trabalhar [...] e eu gosto daqui por Londrina ser grande e você ter mais disponibilidade de serviço (Pedro, 30 anos, auxiliar de laboratório).

Minha mãe é aqui do Paraná e meu pai é de Minas Gerais, o pai veio para o Paraná à procura de trabalho (Eron, 33 anos, motorista).

Eu vim à procura de trabalho, sozinha (Bárbara, 36 anos, auxiliar de serviços gerais).

Se meus pais vieram, eu também tive que vir, eu tinha oito anos, e eles vieram pra cá porque lá não dava mais, não dava dinheiro (Deise, 65 anos, doméstica).

Vim por problema de saúde, pra cuidar da minha saúde (Laura, 44 anos, serviços gerais).

Podemos verificar, nos depoimentos, que a vinda para Londrina foi o meio encontrado para superar a precariedade vivenciada em suas cidades natais. Quando questionados sobre a realidade vivenciada em suas respectivas cidades de origem, deram as seguintes respostas:

Em Lerrovile²¹ eu morei em 1980, e na década de oitenta não tinha essas coisas, luz, rede de esgoto, era tudo à vela ou lampião, em algumas casas que a gente morou tinha luz, igual numa perto do campo de futebol, mas em outras não. Então a maior dificuldade foi lá, aqui é bom (Pedro, 30 anos, auxiliar de laboratório).

Eu não gostava muito não, porque era um sítio, bem tranquilo, e eu gosto mais de agitação, gosto daqui [Londrina] (Eron, 33 anos, motorista).

Porque lá [estado do Piauí] não tinha condições escolares, lá não tem condições de salário bom, emprego é difícil, lá tudo é difícil, agora aqui é outra coisa (Bárbara, 36 anos, auxiliar de serviços gerais).

Lá [estado de Goiás] a gente fica longe dos recursos, de tudo, já aqui tem tudo que a gente precisa, mercado, trabalho, escola, essas coisas (Deise, 65 anos, doméstica).

A mudança para a cidade trouxe segundo os entrevistados, para todos o que almejavam: melhoria na qualidade de vida, conquistada pelo acesso a melhor infraestrutura - em relação às cidades de onde emigraram – disponibilizada, em grande parte, por cidades de médio e grande porte, tal qual Londrina (SANTOS, 2007). Desta forma, a fim de compreender qual o grau de satisfação experimentada na realidade vivida no bairro, foi perguntado a eles o que pensavam sobre suas próprias trajetórias, e todos afirmaram ter havido uma significativa melhora em sua vida comparada com a realidade anterior vivida com seus pais, vejamos:

²¹ Distrito de Londrina.

Melhorou muito, muito mesmo, em relação a tudo melhorou. Porque a gente não tinha nada, hoje a gente praticamente tem tudo. Hoje a gente tem uma casa, tem emprego, meu pai não é muito saudável, mas ele tem uma aposentadoria, tem a casinha dele, eu tenho a minha, nossos irmãos todos têm sua própria casa (Amélia, 51 anos, servente).

Melhorou..., a tendência da gente é só melhorar (Pedro, 30 anos, auxiliar de laboratório).

Melhorou bastante, essas coisas de serviço, hoje é diferente, sem roça, teve estudo, o pouco de estudo já deu pra dar uma clareada na mente (Iray, 51 anos, doméstica).

Melhorou, eu acho que financeiramente, melhorou muito (Heloisa, 49 anos, garçõete).

Verifica-se que os entrevistados creditam a melhora da qualidade de vida às variadas possibilidades de mobilização individual e social encontradas no meio urbano que, por sua vez, tendem a proporcionar aos diferentes indivíduos - independentemente do acesso a capitais sociais específicos - o alcance de melhores condições materiais de vida, pela aquisição de bens e serviços. Todavia, ainda que tenham a sensação de que alcançaram uma significativa ascensão social e econômica, em relação a seus pais, os entrevistados têm a consciência de que vivem uma realidade social precária e sabem que têm muito a avançar em suas conquistas individuais e sociais. Vejamos os depoimentos que elucidam essa percepção:

O que eu mais gosto daqui, é da minha casa, e eu não gosto do bairro (Heloisa, 49 anos, garçõete).

O que eu menos gosto é da violência, os adolescentes por qualquer coisinha tão brigando, isso é o que eu menos gosto, porque as molecadas estão demais, e na minha rua tem bastante (Iray, 51 anos, doméstica).

Aqui é muito violento (Claudio, 37 anos, pintor).

Que eu saiba, agora apareceu uma academia ao ar livre, não tem nada... Não tem uma praça, não tem nada, nada (Laura, 44 anos, serviços gerais).

Entende-se, portanto, que houve significativa mobilidade social por parte de todos os entrevistados, contudo, mesmo com este significativo

avanço social, os negros continuam na base da pirâmide econômica e social londrinense, como ocorre em outras regiões do país (HASENBALG, 1979; SILVA, 2004; IBGE, 2010). Outro fator da realidade das periferias urbanas é a violência, fruto, sobretudo, da falta de investimento público em determinadas regiões urbanas, o que por sua vez tende a dificultar o acesso dos indivíduos aos seus direitos de cidadãos (Santos, 2007).

A “resistência” diária

O fato de todos os entrevistados residentes no Jardim União da Vitória terem no máximo o ensino médio completo aponta para uma realidade de que, quanto mais anos de estudo, melhores são as condições socioeconômicas de negros e brancos (Censo/IBGE 2010). Em decorrência da desqualificação profissional, todos realizam trabalho braçal, como visto na tabela I, e obtêm, por essa razão, um salário que tende a garantir apenas as condições básicas de sobrevivência. Desta forma, acreditam que a vida no bairro, não obstante as limitações urbanas já apontadas, é boa, suprimindo assim algumas de suas expectativas individuais.

Eu acho que aqui é um lugar assim, pra pessoas assim que nem eu, por exemplo, viver as condições de vida que a gente vive aqui é melhor que em outros lugares, aqui é melhor porque é uma população de baixa renda, então por esse fato aqui é bem melhor (Bárbara, 36 anos, auxiliar de serviços gerais).

Aqui é um lugar bom, não tem que reclamar, aqui onde eu moro é tranquilo, sossegado (Laura, 44 anos, serviços gerais).

O União é um lugar bom, gostoso pra você viver, pra você morar. Eu acho que é um bairro tranquilo (Márcio, 34 anos, pedreiro).

Acho que é um lugar que ficou muito bom, do jeito que era, agora ficou muito bom, bom demais (Deise, 65 anos, doméstica).

Esses depoimentos podem, num primeiro momento, gerar uma percepção equivocada sobre uma postura paradoxal dos entrevistados, contudo, é preciso atentar para os diferentes sujeitos com cuja situação socioeconômica eles se comparam, a saber, seus familiares, residentes ainda nas cidades de onde procedem os entrevistados, sendo sua realidade urbana e social relativamente melhor que a dos que ficaram. Assim, analisando-se as respostas, fica claro que a realidade atual comparada com a vivida em suas cidades natais mostra que os entrevistados estão em melhores condições que os que não migraram; já, em relação ao modo de vida londrinense, eles se sentem inferiorizados.

Os moradores do Jardim União da Vitória são caracterizados pela vivência de uma realidade social ambivalente, expressa em seus depoimentos. Satisfeitos por terem se evadido de uma realidade social de escassez, sobretudo, de recursos materiais, e terem agora maior acesso a bens e serviços que lhes garantem melhor sociabilidade e bem-estar, sentem-se todavia frustrados diante de uma nova realidade que lhes oferece novos horizontes a cujo alcance não têm acesso, além de continuarem a sofrer preconceitos racistas.

O racismo e seus desdobramentos numa realidade social já fragilizada

O mercado de trabalho é uma das áreas nas quais as desigualdades raciais são mais explícitas, sendo objeto de pesquisa de inúmeros estudiosos, tais como Hasenbalg (1979) e Fernandes (1972). Questionados sobre o sentimento de racismo ou alguma forma de discriminação racial, tanto na admissão quanto no ambiente de trabalho, os entrevistados disseram seguintes respostas:

Já senti isso sim, porque quando a mulher [patroa] soube que..., primeiro pela minha cor e depois pelo local que eu morava, aí ela me dispensou por isso. Ela relatou..., eu fui até na rádio, no programa do Zezão²², aí imediatamente surgiu cinco serviços pra mim. Ela falou pra mim que se o marido dela, não por ela, mas pelo marido dela, que a hora que ele viesse almoçar não ia se sentir bem de ver uma pessoa de cor, ela não chegou a me chamar de negra, né? Mas eu me senti muito humilhada, uma pessoa de cor na casa dela. Aí ela pediu pra que eu trocasse de roupa e que me retirasse da casa dela (Amélia, 51 anos, servente).

Teve uma vez no serviço, uma vez que uma chefe me chamava de “negrice, negrice, negrice”, aí um dia..., ela disse que tava brincando, falou pra mim “vem cá macaca”, e aquilo me doeu por dentro, e eu cheguei perto dela e disse: “você não fala mais isso, porque eu não gostei”, aí ela disse “ai desculpa, desculpe”, me abraçou, mas... (Iray, 51 anos, doméstica).

Já teve algumas brincadeirinhas dos colegas, porque eu sou muito zoão²³, normal. Tipo assim, me chamava de negão, macaco, mas tudo brincadeira. (Pedro, 30 anos, auxiliar de laboratório).

Já sim, um ex-chefe meu, me chamava de negão, macaco, essas coisas assim, aí eu precisava do emprego, né? Fazer o quê? (Cleber, 37 anos, pintor).

Como observado, a discriminação racial sofrida pelos entrevistados é explícita, não deixando qualquer dúvida de que são preteridos nos ambientes de trabalho pela cor de sua pele. Contudo, passam a diferenciar-se pela forma como agem diante destas situações. Amélia e Iray não as toleram, ao menos, como se vê nos episódios mencionados, e explicitam seu inconformismo com a discriminação vivenciada, aquela denunciando o fato ocorrido nos meios de comunicação, e esta mostrando-se

²² Programa de rádio transmitido em âmbito regional.

²³ Debochador/debochar.

revoltada pela fala de rejeição à discriminação racial. Já, outra postura diante da mesma situação, como verificado nas falas de Pedro e Cleber, é a tolerância, vista com clareza no depoimento do primeiro, que abrandava o racismo e o trata como uma brincadeira ingênua dos colegas de trabalho, como também desse segundo, que vendo o racismo como uma normalidade no ambiente de trabalho, o recebe de forma passiva, a fim de manter o posto de serviço e as relações sociais.

Faz-se necessária a percepção de que essa discriminação racial vivenciada, em particular, no ambiente de trabalho é a precursora de toda uma limitação socioeconômica que será uma das principais responsáveis - paralelamente ao acesso desigual à educação formal²⁴ - por criar uma fissura nas condições de vida de negros e brancos residentes no jardim União da Vitória. Desta forma, àqueles primeiros caberá uma realidade social cuja infraestrutura urbana é a mesma usufruída por estes segundos, ou seja, de má qualidade, todavia, com desigualdades socioeconômicas que farão com que os negros tenham suas já precárias condições de vida ainda mais prejudicadas.

Ser negro e suas vicissitudes

Existir socialmente significa compartilhar condições e situações, desenvolver atividades e reações, praticar ações e ter relações que são interdependentes e se influenciam reciprocamente. Tais relações históricas configuram as condições de persistência e/ou transformação da realidade social. Contudo, a história nos mostra que mudanças são possíveis, porém, há a exigência de uma consciência a contento, em particular, por parte daqueles que mais se beneficiarão com tal transformação – na perspectiva aqui analisada, a população negra. Alberto Guerreiro Ramos explica:

²⁴ Cf.: em Cavalleiro, Eliane. *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro, 2001; Munanga, Kabengele. (org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2000.

Num país como o Brasil, colonizado por europeus, os valores mais prestigiados e, portanto, aceitos, são os do colonizador. Entre estes valores está o da brancura como símbolo do excelso, do sublime, do belo. Deus é concebido em branco e em branco são pensadas todas as perfeições. Na cor negra, ao contrário, está investida uma carga milenária de significados pejorativos. Em termos negros pensam-se todas as imperfeições. Se se reduzisse a axiologia do mundo ocidental a uma escala cromática, a cor negra representaria o polo negativo. São infinitas as sugestões, nas mais sutis modalidades, que trabalham a consciência e a inconsciência do homem, desde a infância, no sentido de considerar, negativamente, a cor negra. O demônio, os espíritos maus, os entes humanos ou super-humanos, quando perversos, as criaturas e os bichos inferiores e malignos são ordinariamente, representados em preto. Não tem conta as expressões correntes no comércio verbal em que se inculca no espírito humano a reserva contra a cor negra: 'destino negro', 'lista negra', 'câmbio negro', 'missa negra', 'caldo negro', 'asa negra' e tantos outros ditos implicam sempre algo execrável" (RAMOS, 1957: 193).

Com base nesses parâmetros, discorrendo sobre a dificuldade de se construir uma identidade negra no Brasil, Kabengele Munanga nos explica que a constituição dessa e o processo de branqueamento, ocorrido em meados do século XX²⁵, são elementos intrinsecamente conectados, pois,

apesar de o processo de branqueamento físico da sociedade ter fracassado, seu ideal inculcado através de mecanismos psicológicos ficou intacto no inconsciente coletivo brasileiro, rodando sempre nas cabeças dos negros e mestiços. Esse ideal prejudica qualquer busca de identidade baseado na negritude e na mestiçagem (MUNANGA, 2008; 15-16).

Ainda sobre a constituição da identidade e o processo de branqueamento, Iray Carone, no livro *Psicologia Social do Racismo* (2012), explica:

O branqueamento poderia ser entendido, num primeiro nível, como o resultado da intensa miscigenação ocorrido entre negros e brancos desde o período colonial, responsável pelo aumento numérico proporcionalmente superior dos mestiços em relação ao crescimento

²⁵ DIWAN, Pietra. *Raça pura: Uma História da Eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

dos grupos negros e brancos na composição racial da população brasileira. O branqueamento, todavia, não poderia deixar de ser entendido também como uma pressão cultural exercida pela hegemonia branca, sobretudo após Abolição da Escravatura, para que o negro negasse a si mesmo, no seu corpo e na sua mente, como uma espécie de condição para se “integrar” (ser aceito e ter mobilidade social) na nova ordem social (2012: 14-15, grifos nosso).

Esta realidade descrita pelos autores acima citados é a responsável por acolher a subjetividade psíquica e social dos indivíduos – brancos e negros -, que com ela talham seus primeiros constructos ainda em idade infantil, recém-chegados à nossa sociedade racista. Uma mudança de postura e, por conseguinte, uma guinada destes primeiros constructos é obviamente possível, contudo, enquanto isso não ocorre, há a prevalência de um prisma hierárquico entre os indivíduos em que, ao se descartar uma concepção igualitária entre brancos e negros, tende-se a alocar estes últimos às piores posições sociais, independentemente da situação econômica. Assim, mesmo iguais no que tange a deficiente realidade infraestrutural do bairro no qual vivem, além de outros fatores socioeconômicos, a subjetividade e também a realidade de vida de negros e brancos em semelhantes condições sociais em nada se assemelham, pois, como visto, os negros, além de lidarem cotidianamente com a pobreza têm ainda de lidar com a perversidade do racismo à brasileira, cuja peculiaridade está em se desenvolver, sobretudo, por meio de uma manifestação implícita, disfarçada e de difícil discussão.

Considerações finais

Vivemos de fato em uma sociedade capitalista cuja essência é o lucro e, por conseguinte, a desigualdade econômica, logo, a pobreza - expressão desta realidade - é tida com certa naturalidade pelos indivíduos que a compõem. Todavia, como visto neste texto, além das limitações materiais, característica daqueles que vivem em situação de privação econômica, os negros pobres, segundo os entrevistados, têm ainda de lidar com restrições

além das impostas pelo pelos fatores econômicos, o racismo e a discriminação racial, fragilizando-se, sobremaneira, uma realidade social já fragilizada.

Referencia bibliográfica

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. 4ª edição, Editora: Anhembi, São Paulo, 2008.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora34, 2000.

CARONE & M. A. BENTO (Orgs.). *Psicologia Social do Racismo*. 5º Ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

DIWAN, Pietra. *Raça pura: Uma História da Eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

DORES, Júlia L. Pereira das. *Exclusão Social, políticas públicas e representações sociais na cidade de Londrina PR: um olhar sobre o assentamento urbano Jardim Maracanã*. Dissertação de Mestrado apresentada a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2005.

HASENBALG, Carlos A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra* (3ª. ed.). Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. Editora Nobel, São Paulo, 2007.

SILVA, Maria Nilza da. *Nem para todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo*. 1. ed. Brasília: Fundação Cultural Palmares - Ministério da Cultura, 2004.

_____. *O negro em Londrina: da presença pioneira negada à fragilidade das ações afirmativas na UEL*. Revista Eletrônica Espaço Acadêmico, v. 82, p. nº82, 2008.

SOUZA, Alexsandro Eleotério Pereira de. *Sociabilidade e Racismo: os limites socialmente impostos ao bem-estar dos negros em Londrina*. 2013.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Londrina – UEL.

VALLADARES, L. D. *A visita do Robert Park ao Brasil, o “homem marginal” e a Bahia como laboratório*. Caderno CRH. Salvador, v. 3, n. 58, p.35-49, 2010, p. 18.